AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | v.13, n.26, Jul./Dez. 2024 | p.150-165

AS OPÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA DA JORDÂNIA À LUZ DO "ACORDO DO SÉCULO" EM NÍVEIS REGIONAL E INTERNACIONAL

Sahar Tarawneh[1]
Mahmoud Mubarak Al-Brezat[23]

Introdução

A Política Externa da Jordânia baseia-se nos mesmos pilares fornecidos pelas Nações Unidas e também de legitimidade internacional, convenções internacionais e princípios do direito internacional humanitário, pois defendem a verdade, a justiça, a paz, o respeito mútuo, a resolução de disputas por meios pacíficos, para poupar os povos do flagelo da guerra e não recorrer à força, não interferir nos assuntos internos de outros e estender as pontes da amizade e cooperação com todos. Esses pilares, relativos à política externa da Jordânia, são fundamentos baseados no compromisso e no respeito. Por meio deles, a Jordânia procura preservar a sua independência, segurança e estabilidade, além de preservar a sua identidade nacional e alcançar a sua posição nos níveis regional e internacional (Mahafzah, 1998: 80).

À luz das mudanças internacionais e regionais, relativas ao conflito israelo-palestino e ao confronto da Jordânia com muitos desafios internos e externos, o anúncio do rascunho do Acordo do Século, realizado pela administração dos EUA liderada por Donald Trump (2017-2020), representou um novo desafio para a política externa da Jordânia a nível político, econômico e social, impactando a sua formação. Como resultado, o decisor foi pressionado no tocante ao equilíbrio entre a preservação dos interesses nacionais supremos

1 Faculdade de Artes e Ciências Educacionais, Middle East University. Amã, Jordânia. E-mail: s.tarawneh@gmail.com

2 Middle East University, Amã, Jordânia. E-mail: mahmoudalbreazat73@gmail.com

3 Nota Editorial: A presente edição foi atualizada para incluir o nome do Sr. Mahmoud Mubarak Al-Brezat em seu corpo autoral, assegurando a integridade e o pleno reconhecimento da autoria do manuscrito original.

e o direito histórico da Jordânia na Palestina, em virtude da relação histórica e geográfica que liga os dois países e do seu papel na conservação de locais sagrados islâmicos e cristãos em Jerusalém, tendo em vista que está sob a tutela Hachemita. O esboço do "Acordo do Século" considerou retirar esses compromissos da Jordânia. Então, este estudo examina o Acordo do Século e o seu impacto na política externa da Jordânia, bem como as suas opções políticas diante disso.

Problema e Perguntas de Pesquisa

O problema de pesquisa concentra-se na análise do projeto do "Acordo do Século" para o conflito israelo-palestino, eliminando o papel político da Jordânia no conflito. Também aborda as opções políticas da Jordânia por meio do Acordo, respondendo às seguintes questões:

1. Quais são os impactos do Acordo do Século na Jordânia e na sua política externa?

2. Quais são as opções da política externa da Jordânia, regional e internacionalmente, considerando o Acordo de Século?

Hipótese de Pesquisa

A pesquisa parte da validação da hipótese de que o Acordo do Século impacta na segurança e estabilidade da Jordânia, concluindo o seu papel histórico relativo ao conflito israelo-palestino, e afeta o futuro da Custódia Hachemita sobre Locais Sagrados em Jerusalém1. Além disso, verifica quais são as opções políticas de política externa da Jordânia, por meio das quais pode se posicionar adequadamente em relação ao Acordo.

Relevância da pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os impactos e as opções do Acordo do Século para a política externa da Jordânia.

Objetivos da pesquisa

Como objetivo, o estudo pretende impactar significativamente a posição da Jordânia em relação ao Acordo do Século.

Estudos Anteriores

A questão apresentada neste artigo também foi trabalhada em outros estudos, como os citados a seguir: primeiro, o seminário intitulado "Application

of "The Deal of The Century", que ocorreu em Amã em 25/02/2020, realizado pelo Middle East Studies Center (MESC). Ao final, o seminário apresentou uma série de recomendações, como: o fortalecimento e a coordenação entre a Jordânia e a Palestina, a necessidade de uma visão estratégica e roteiro prático acordados, que considerem cada impacto para esse projeto, e a importância de constituir um projeto árabe conjunto para enfrentar o Acordo. Além disso, o seminário procurou aprimorar a abordagem nacional da Jordânia e o projeto de gerenciamento do "Acordo do Século".

Outro estudo realizado pelo MESC, intitulado "*Israeli Annexation Plan of Vast Areas Occupied In West Bank And Its Implications*" de 2020, apresentou a natureza do plano israelense, a sua história, os seus antecedentes, os seus riscos políticos e econômicos para a Palestina e a Jordânia, bem como as suas implicações para a segurança e estabilidade da região árabe. O relatório inclui os direitos do povo palestino e o direito à autodeterminação. Outro estudo é o de Jamal Zahalqah, intitulado "*How Israel Considers the Deal of the Century*", publicado nas edições israelenses do Jornal nº 77. O trabalho discute o Acordo do Século e o entendimento de Israel sobre o Estado Palestino, a anexação do vale e dos assentamentos, os refugiados e a legitimidade internacional. Reconhece que Israel é um Estado judeu e que o projeto de colonização política pretende aumentar a legitimidade do seu regime.

Política Externa da Jordânia e o "Acordo do Século"

A localização geográfica da Jordânia constitui um desafio de segurança para a elaboração da sua política externa. A Jordânia está localizada em uma região repleta de conflitos e disputas políticas, além de enfrentar a ameaça israelense. Por estar situada ao longo da fronteira com a Palestina ocupada, com uma extensão de 650 km, torna-se vulnerável a uma ameaça direta e constante de Israel. (Hassan 1983, 109)

Décadas atrás, ao longo do último século, a região árabe testemunhou guerras e conflitos com Israel, notavelmente as guerras de 1948, 1967 e 1973. Por meio dessas guerras, Israel conseguiu ocupar todos os territórios palestinos e deslocar um grande número de refugiados palestinos para a Jordânia. Israel continuou com suas ambições expansionistas, travando uma guerra contra a Jordânia em 1968. No entanto, a Jordânia foi capaz de defender as suas terras e o exército israelita se retirou de todas as terras jordanianas.

Apesar de tudo que a região árabe testemunhou, e particularmente a Jordânia, em relação aos conflitos com Israel, os árabes responderam às propostas políticas estadunidenses direcionadas à redução dos litígios.

Portanto, os árabes acordaram a paz com Israel em 1991, na Conferência de Paz em Madrid, com a participação da Jordânia e Palestina nas negociações, utilizando uma delegação conjunta. Como resultado, o Tratado de Paz assinado em 1994, também conhecido como Wadi Araba, terminou a guerra final e estabeleceu a construção da paz entre os países. Nesse Tratado, a Jordânia manteve o reconhecimento de Israel sobre a custódia Hachemita dos locais sagrados islâmicos e cristãos em Jerusalém (Melhem, 2002, 621).

Embora a paz tenha sido construída entre as duas partes, a política externa da Jordânia não abandonou o seu compromisso histórico, religioso e nacional relativo ao conflito israelo-palestiniano, o direito de retorno dos refugiados palestinos, os seus direitos legítimos para o estabelecimento do Estado Palestino e da sua capital Jerusalém Oriental. Além disso, a Jordânia reconhece que não há verdadeira segurança e estabilidade na região, salvo se uma paz justa e abrangente entre os árabes e Israel tenha sido alcançada.

Todavia, Israel continua a sua política de colonização na Palestina, fundamentando-se nas suas crenças históricas sobre a Palestina ser a terra prometida, resultando na ocupação do território palestino, beneficiando-se da fraqueza dos países árabes e do apoio da administração estadunidense à sua política para a Palestina. A consequência dessas ações é a ameaça de violência política contra o povo palestino, a busca para a resolução do conflito israelo-palestino e a eliminação de todos os direitos do povo palestino.

Durante o período da primeira presidência de Donald Trump nos EUA, existia uma forte preferência por Israel, resultando na rejeição de todas as resoluções internacionais sobre o conflito israelo-palestino. O presidente apresentou a sua política para o conflito por meio do seu conhecido plano de paz, o "Acordo do Século" (Fadily, 2020, 44).

O termo "O Acordo do Século" não é novo, tendo sido mencionado anteriormente em 2006 pelo primeiro-ministro israelense Ehud Olmert (Jarar, 2019:7), conforme referido por Giora Eiland, Conselheiro de Segurança Nacional de Israel, em dois estudos; o primeiro foi publicado em 2008 e é intitulado "Rethinking the Two-State Solution", já o segundo foi publicado em 2010 e é intitulado "Regional Alternatives to the Two-State Solution", fornece uma descrição detalhada do acordo, sendo que Giora Eiland enfatizou a Solução de Dois Estados, e a falta de acesso adequado para uma solução do conflito. Ele considera que a solução não será alcançada, salvo na hipótese em que os países árabes sejam incluídos como fiadores e parceiros beneficiários do acordo (Abdul Munaiem, 2018: 5)

O presidente Donald Trump apresentou o projeto do "Acordo do Século" novamente em 2017. Ele procurou proporcionar um ambiente regional e internacional favorável ao seu projeto. Nesse sentido, o presidente

até anunciou o plano em uma cerimônia oficial em Washington, em 29 de janeiro de 2020, na presença do primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu, além de um grupo de embaixadores, incluindo três embaixadores árabes (United Arab Emirates, Bahrain, Oman). Pode-se afirmar que o anúncio dos conteúdos do Acordo afeta as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da Assembleia Geral da ONU, e não os responsabiliza por não conseguirem alcançar uma solução justa para o conflito israelo-palestino e o conflito israelo-árabe (Fadely, 2020, 44).

O seu principal objetivo era resolver o conflito israelo-palestino, estabelecendo os palestinos em uma pátria alternativa, não situada nos territórios palestinos ocupados, e acabando com o estatuto do refúgio para os palestinos refugiados. Também pretendia colocar mais de 30% do território da Cisjordânia sob a soberania israelense, com a exceção de Jerusalém Oriental (Relatório do Centro de Estudos do Oriente Médio, 2020: 5)

Este acordo é considerado uma vitória para a política do partido de direita israelense e suas diretrizes, que, de acordo com suas reivindicações históricas e legais, considera a Cisjordânia parte da pátria histórica do povo judeu, reconhece a "Jerusalém unida" como a capital do Estado de Israel, especialmente diante da rejeição da administração estadunidense de suas obrigações de patrocinar a solução de dois Estados e da interrupção de seu apoio financeiro às instituições palestinas. Ainda, também parou de apoiar a UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente1), por considerar que ela defende o direito de retorno, e apoia Israel ao estabelecer assentamentos em terras palestinas. Portanto, o Acordo do Século é uma mudança na política da administração estadunidense e na sua aliança com o partido de direita israense, além de ser uma materialização da lógica da força e da imposição da sua vontade (Ismail, 2020, p. 23- 24).

As condições políticas na Palestina, tais como a divisão interna, a situação econômica que os palestinos sofrem devido à escassez de ajuda externa, a interrupção de apoio financeiro da América e de países árabes, e o bloqueio israelense contra a Faixa de Gaza, também contribuíram para o repúdio de alguns países árabes às suas obrigações em relação ao conflito. Vários estados árabes passam por uma situação de instabilidade política, como Iraque, Síria, Egito, Líbia, Líbano e outros, o que resulta na sua ausência de unidade. Não obstante, existe a difícil situação econômica na Jordânia. Todas essas circunstâncias aceleraram e levaram o presidente estadunidense a anunciar o "Acordo do Século" (Hamami, 2018: 10-13).

A substância do "Acordo do Século"

Os conteúdos mais proeminentes são: a presença de uma entidade política palestina em áreas isoladas, que não estão conectadas exceto pelo nome do país e o fato de que a maior parte dessas terras ficará sob o controle de Israel; e a construção de um nova Jerusalém localizada em Abo Deas para os palestinos. Israel também estabeleceu condições para reconhecer essa entidade, incluindo: o não retorno dos refugiados à Palestina e nenhuma compensação para eles, visto que serão considerados imigrantes que deixaram suas terras. Ainda, os palestinos devem reconhecer a plena soberania de Israel sobre a área a oeste do Vale do Jordão, manter Jerusalém unida sob a soberania israelense como a eterna capital de Israel, permitir a oração na Mesquita de Al-Aqsa a todas as religiões, bem como a continuidade dos assentamentos israelenses na Cisjordânia e a legalização dos assentamentos existentes. Também devem reconhecer a soberania israelense sobre grandes áreas da Cisjordânia, a transferência das suas terras sob autogoverno para serem administradas por Israel, a eliminação de todos os acordos anteriormente assinados relativos aos territórios ocupados em 1967 e Jerusalém, sejam eles com a Jordânia, o Egito ou a Organização para a Libertação da Palestina, e devem considerar que a normalização com Israel é um dever árabe e palestino de alcançar a paz, a estabilidade e proteger Israel.

Talvez as desvantagens mais proeminentes desse plano estejam no fato de ser uma proposta unilateral, a qual prevê que Israel poderá anexar unilateralmente os seus assentamentos localizados na Cisjordânia, já que o proposto Estado da Palestina não tem fronteiras geográficas definidas e está cercado pelo Estado de Israel por todos os lados. Portanto, a segurança é controlada por Israel (Ismail, 2020, 27). (https://www.washingtoninstitute.org/ar/fikraforum).

O "Manama Workshop" foi realizado em Bahrein, para discutir o tema do Acordo com os Países Árabes. Tratou da parte política do plano de paz para o Oriente Médio, e alguns países árabes publicamente participaram. No workshop, Jared Kushner, genro, conselheiro do Presidente dos EUA e o enviado dos Estados Unidos para o processo de paz no Oriente Médio Oriente, apresentou propostas que incluíam investimentos e projetos de infra-estruturas na Palestina de US$ 50 bilhões. Não obstante, o esboço do projeto refere-se à Jerusalém como a capital unida de Israel, além de propor a criação de um estado desmilitarizado na Faixa de Gaza e em cerca de dois terços das terras da Cisjordânia. (Abdulaziz, 2020: https://www.washingtoninstitute.org/ar/fikraforum,Sawalhah, 2020: https://www.washingtoninstitute.org/ar/fikraforum.).

Parece que, recentemente, estamos testemunhando uma corrida

de países árabes, como os Emirados Árabes Unidos, o Estado do Kuwait, o Estado do Bahrein, o Reino de Marrocos e o Sudão, para assinar tratados de paz com Israel. A adoção dessas políticas pode ser um indicador da redução da capacidade política do Egito e do Reino da Arábia Saudita. O "Acordo do Século" exerce pressão sobre a política externa da Jordânia, devido ao seu compromisso histórico e nacional no conflito israelo-palestino, além de seu papel na mobilização das opiniões árabes, regionais e internacionais para não aprovar o acordo. Assim, a Jordânia tem duas escolhas: rejeitá-lo ou aceitá-lo, adaptando-se ao seu conteúdo (Al-Ali, 2020: https://www.alaraby.co.uk).

O impacto do "Acordo do Século" na Jordânia e a sua atitude em relação a ele

Talvez o aspecto mais significativo que a Jordânia enfrenta neste acordo sejam as declarações do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu de anexar mais de 30% da área da Cisjordânia, sendo que esta percentagem é distribuída por áreas do Vale do Jordão e do norte do Mar Morto, que constituem 23% da área da Cisjordânia. Todos os assentamentos na Cisjordânia ocupados em 1967 e os do Jerusalém Oriental, visto que Israel preparou o caminho para esse fim desde 1967 e transferiu cerca de 700.000 colonos judeus para essas terras. Isso é considerado uma violação do direito internacional e contraria o artigo n.ffl 491 do da IV Convenção de Genebra, que proíbe a transferência em massa forçada e a deportação em massa de pessoas protegidas de terras ocupadas para o território do país ocupante ou de qualquer outro país, ocupado ou não, independentemente dos seus motivos.

A política da Jordânia considera que essa medida ameaça a sua segurança e estabilidade, uma vez que essas terras fazem fronteira com o rio Jordão desde a Cisjordânia, onde o Vale do Jordão se estende ao norte do Mar Morto, ao longo da fronteira com a Jordânia. É habitado por aproximadamente 65 mil cidadãos palestinos. O número de residentes palestinos nas áreas de anexação é de cerca de 400 mil cidadãos. O plano de anexação de Israel pode ser o deslocamento dos palestinos para a Jordânia, potencializando o sofrimento da Jordânia ao aumentar o número de refugiados. Isso também significa restringir os palestinos e privá-los dos seus direitos, além de transformar a Jordânia numa pátria alternativa para eles. É a ideia de um Estado palestino, com a resolução às custas da Jordânia, sendo que o processo de anexação cortará qualquer ligação geográfica direta, por terra e mar, entre a Jordânia e a Palestina. Portanto, a situação futura acabaria com a tutela legítima dos Hachemitas sobre os locais sagrados islâmicos e cristãos em Jerusalém (Al-Ali, 2020: https://EmEmw.alaraby.co.uk/), (Centro de Estudos do Médio

Oriente, 2020: 5-11).

Cumpre notar que a política externa da Jordânia está ciente de que o conteúdo mencionado no projeto do "Acordo do Século" está alterando o status dos EUA no caso palestino, de parceiro para uma parte da implementação. Portanto, a política da Jordânia percebe-se fora desta equação tradicional, tendo em vista que Trump não acredita em parcerias senão através da lógica dos acordos. Ainda, o partido de direita israense não está convencido da solução de dois Estados. Desta forma, entende que não precisa de outra parte para partilhar, e também não precisa de um mediador para se comunicar, especialmente porque a administração dos EUA e Israel ganharam o apoio de alguns países árabes para o "Acordo do Século", com o fim de isentá-los de responsabilidade perante a comunidade internacional.

Assim que o acordo foi anunciado, a liderança e o povo da Jordânia rapidamente concordaram, por unanimidade, em rejeitar o plano de paz estadunidense e em não aceitá-lo integralmente. O povo jordaniano descreveu-o como um acordo vergonhoso e ilógico, proposto para terminar o conflito israelo-palestino. Também expressaram a sua oposição por meio de protestos e manifestações nas cidades da Jordânia, o que desempenhou um papel importante no apoio à rejeição do acordo, realizada por parte dos decisores políticos jordanianos. Além disso, apoiou todas as decisões de não aprovar o acordo, e foi isso que influenciou o Rei Abdullah II em relação ao acordo (Jarar, 2019: 12-16) (Consultas e Estudos Alzaytoona, Avaliação Estratégica 108, 2018:10)

O Rei Abdullah II tem mantido as posições consistentes da Jordânia face ao conflito israelo-palestino, defendendo a iniciativa da solução de dois Estados e que a única opção para alcançar a segurança e a estabilidade na região é estabelecer um Estado palestino em seu território nacional. Não obstante, ele enfatizou os direitos legítimos do povo palestino e a necessidade de uma solução para a situação dos refugiados palestinos, comprometendo-se com o direito de retorno (Alzaytoona Consultations & Studies, Strategic Assessment 108, 2020: 4).

No entanto, o "Acordo do Século" teve efeitos sobre a política externa da Jordânia, visto que representa uma ameaça à sua soberania, segurança, estabilidade e aos seus direitos econômicos nas áreas do Vale do Jordão. Também pode levar à perda de trocas comerciais com o lado palestino, em caso de anexação do Vale do Jordão e da Cisjordânia. Adicionalmente, impede a continuação da tutela hachemita sobre os locais sagrados islâmicos e cristãos em Jerusalém, o que pode levar a um conflito interminável na região árabe (Qtishat, 2016:77), (Center for Middle East Studies, 2020, 12).

Como resultado do anúncio do acordo, a política externa da Jordânia

foi sujeita a pressões políticas exercidas pela administração estadunidense e por Israel. Isso ocorreu por meio do envolvimento de alguns países árabes no acordo, bem como pelo estabelecimento de relações abertas por parte de alguns deles com a administração estadunidense e Israel. Essas ações aumentariam a pressão sobre a Jordânia e a Palestina para aceitar o acordo, se não oficialmente, pelo menos de forma prática (Al-Junidi, 2020: https://www.aa.com.tr), (Al-Majali, 2020: 82).

Cumpre mencionar as decisões da administração dos EUA de transferir a sua embaixada para Jerusalém, encerrar o arquivo dos refugiados palestinos, fechar os escritórios da UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina), pressionar os países árabes a reassentar os refugiados e revogar o status de refugiado para dois milhões de refugiados palestinos, que possuem passaportes jordanianos. Essas decisões colocam uma clara pressão sobre a Jordânia, a fim de enfraquecer a sua rejeição do "Acordo do Século". Ainda assim, a política externa da Jordânia asseverou a sua rejeição do acordo, apesar de todas essas pressões, como enfatizou, mais de uma vez, o Rei Abdullah II bin Al Hussein durante seu encontro com o presidente dos EUA, Donald Trump. Ele também ressaltou a importância do compromisso da administração dos EUA em alcançar uma paz justa no Oriente Médio, em concordância com a solução de dois Estados. (Consultas e Estudos Alzaytoona, 2018: 6-7). (Jarrar, 2019: 10-11).

A política jordaniana expressou a sua desaprovação em relação à decisão da administração estadunidense de transferir a embaixada para Jerusalém e do reconhecimento oficial da soberania de Israel sobre a cidade. Essa medida foi considerada pela Jordânia como uma retirada da tutela Hachemita sobre os locais sagrados islâmicos em Jerusalém. No entanto, a participação da Jordânia na Conferência Islâmica na Turquia, em 13 de dezembro de 2017, que foi de grande importância para o país, enfatizou na sua declaração final a tutela dos locais sagrados islâmicos e cristãos pelos Hachemitas em Jerusalém. O Rei Abdullah II disse na conferência: "O reconhecimento de Jerusalém pelos Estados Unidos como a capital de Israel é uma decisão perigosa, cujas implicações ameaçam a segurança e a estabilidade. Isso prejudica os esforços para retomar o processo de paz." (Hejazin, 2020: 89).

Pode-se dizer que a confirmação da declaração final da conferência sobre a tutela Hachemita é um passo importante para a política externa da Jordânia, no que diz respeito a sua preservação e no avanço para que os países islâmicos posicionem-se a fim de rejeitar o acordo. Ainda, também é relevante para alcançar apoio político e econômico para a Jordânia seguir com o seu papel político no conflito israelo-palestino (Al-Zaytouna Studies and Consultations, 2020:9-10).

A Jordânia foi sujeita a pressões econômicas durante o anúncio do acordo, à luz do seu fraco potencial econômico, restando duas decisões possíveis: ou aceitá-lo e garantir a continuidade das subvenções e ajuda dos EUA à Jordânia, ou rejeitá-lo e, consequentemente, afetar as relações jordaniano-estadunidenses. No entanto, a sua política externa trabalhou para separar o plano de paz e as relações econômicas, e apoiou a parceira dos EUA no enfrentamento do terrorismo e na cooperação em segurança. Isso foi possível devido à abordagem equilibrada e moderada da Jordânia em relação à administração estadunidense, não deixando de permanecer empenhada na sua decisão de rejeitar o acordo, apesar das pressões. (Estudos e Consultas Al-Zaytouna, 2020: 9-10), (Swalha, 2020)..

Opções de política externa da Jordânia a nível regional e internacional à luz do "Acordo do Século"

A política externa da Jordânia tem muitas opções por meio das quais pode enfrentar o projeto do acordo, evitar conflitos políticos com as partes envolvidas e garantir a sua segurança e estabilidade, inclusive a nível regional. Pode reforçar o trabalho conjunto com a Palestina em face ao plano de anexação e ao projeto do acordo. Ademais, também é possível apresentar a demanda por sanções internacionais contra Israel, uma vez que seu plano constitui uma violação do direito internacional, e expor à comunidade internacional a verdadeira face racista e expansionista de Israel. Dessa forma, os lados jordaniano e palestino podem agir politicamente em níveis regional e internacional para mobilizar posições árabes, islâmicas e globais que apoiem e fortaleçam a Jordânia e a Palestina na rejeição ao acordo e ao plano de anexação israelense (Al-Zaytouna Studies and Consultations, 2020: 8) (Center for Middle Eastern Studies, 2020: 15).

A política externa da Jordânia, por meio de suas relações com os países árabes, também pode exercer o seu papel político ao ativar a Liga Árabe e destacar a gravidade do "Acordo do Século" para a região árabe e a sua segurança nacional, especialmente diante do perigo representado por organizações terroristas que afetam alguns países árabes. O acordo criaria um ambiente fértil para essas organizações, aumentando suas atividades terroristas contra esses países. Recentemente, observa-se a atividade política jordaniana com diversos países árabes, como Iraque, Egito e Catar, e a reafirmação do papel político da Jordânia no conflito israelense-palestino, além do surgimento de posições que apoiam a sua visão política sobre o conflito.

Outra opção é, por meio da postura árabe, alcançar uma posição

islâmica e internacional que rejeite o acordo, por ser ilegítimo e violar o direito internacional, especificamente o artigo 49 da IV Convenção de Genebra, como mencionado anteriormente. A comunidade internacional e a Assembleia Geral das Nações Unidas têm se preocupada com a adoção de resoluções sobre este tema, com base na Resolução 242, que exige a retirada completa de Israel dos territórios ocupados em 1967, objetivando manter a segurança e a estabilidade regional e internacional (Centro para Estudos do Oriente Médio, 2020).

Uma das opções de política externa da Jordânia que poderia exercer pressão e desafiar Israel é reconsiderar o tratado de paz jordaniano-israelense, assinado em 1994, eliminando todos os compromissos políticos, de segurança e econômicos contidos no tratado, e rescindir o acordo de fornecimento de gás. Isso representaria um ônus de segurança para Israel, já que o congelamento da cooperação e da coordenação de segurança da Jordânia com Israel tornaria mais desafiador garantir a segurança das fronteiras, exigindo que Israel mobilize todas as suas brigadas de infantaria para esse fim (Al-Hamd, 2020: 112).

A decisão foi rescindir o anexo do acordo sobre Al-Baqoura e Al-Ghamr, em 21 de outubro de 2018, e impor a soberania da Jordânia. Isso foi uma expressão da rejeição da Jordânia ao projeto de acordo, deixando também em aberto a possibilidade de reconsiderar todos os termos do acordo de paz com Israel (Al-Dada, 2019: 18) (Barq for Studies and Consultations, 2020: https://barq-rs.com).

No nível internacional, algumas das opções de política externa jordaniana incluem fortalecer as relações com a União Europeia, abrir uma importante fonte de apoio econômico e militar e estabelecer relações equilibradas com a Rússia e a China, posicionando-se como um aliado importante desses países nos campos da segurança e do combate ao terrorismo. Isso é evidenciado pela recente atividade da sua política externa com esses países, buscando construir o seu sistema de relações internacionais tanto economicamente quanto politicamente, além de reforçar o seu papel face ao conflito israelense-palestino (Centro de Estudos do Médio Oriente, 2020). Observa-se que as recentes visitas do Rei Abdullah II bin Al Hussein à Rússia fortaleceram as relações entre eles e procuraram capacitar a Jordânia nos campos econômico, político, militar e de segurança, além de apoiar o seu papel no conflito.

Parece claro que as eleições estadunidenses, as condições políticas israelenses e a pandemia de Covid-19 que afetou o mundo contribuíram para reduzir o apoio político ao "Acordo do Século". A preocupação do Presidente Trump com as eleições de 2020, a crise política israelense, a repetição de

eleições e a instabilidade do sistema político foram fatores que contribuíram para a redução da pressão sobre a Jordânia em relação ao acordo.

A derrota dos republicanos nas eleições, a saída de Trump da Casa Branca e a vitória democrata de Joe Biden foram um fatores importantes e decisivos para determinar o futuro do plano. As perspectivas da política externa jordaniana voltaram-se para a nova administração estadunidense, buscando uma solução para o conflito israelense-palestino, que se tornou mais complicado durante a presidência de Donald Trump. O presidente Joe Biden revelou sua política em relação ao conflito, declarando apoio à solução baseada na criação de dois Estados, à promoção da paz entre os palestinos e israelenses, à reabertura de um escritório de representação da Organização para a Libertação da Palestina em Washington e à retomada da ajuda econômica e de segurança aos palestinos, que havia sido suspensa pela administração Trump. Esses temas foram discutidos durante a recente entrevista entre o rei Abdullah II bin Al Hussein e o presidente dos EUA, Joe Biden (Arab News, 2020), (Al-Jazeera, 2020: https://www.aljazeera.net/).

Walid Hosni refere-se, em um artigo publicado no "site Al-Quds Al-Arabi", ao alívio da Jordânia e do Rei Abdullah II bin Al-Hussein face às declarações do presidente Joe Biden sobre o seu apoio à solução de dois Estados, que é a iniciativa jordaniana para resolver o conflito israelense-palestino. Isso restou evidente em uma ligação entre o rei e Joe Biden (Alquds Al-Arabi, 2020: https://www.alquds.co.uk).

Os resultados das eleições israelenses e a saída de Benjamin Netanyahu do cargo de Primeiro-Ministro contribuíram para o fracasso do acordo, o que proporciona uma oportunidade para os países árabes repensarem a questão palestina, unirem as fileiras árabes, desenvolverem uma posição árabe forte, coesa e unificada, apoiarem os esforços da Jordânia e adotarem a iniciativa de estabelecer um Estado palestino com base nas Fourth Lines de junho de 1967. Diante da nova administração estadunidense e da sua posição sobre o conflito, essa oportunidade é especialmente relevante. Além disso, é possível intensificar os esforços árabes junto à União Europeia e às organizações internacionais, convergindo no apoio à solução de dois Estados. A liderança jordaniana reconhece que as suas relações com países amigos na Europa podem ser exploradas para pressionar o lado israelense em renegociações, almejando estabelecer uma paz justa e garantir que Israel cumpra os tratados e pactos internacionais que asseguram o direito à autodeterminação do povo palestino (Centro Estratégico de Estudos Fikr, 2020: O futuro da normalização.., https://fikercenter.com/) (Centro de Estudos do Oriente Médio, 2020).

Conclusão

Ao concluir este estudo, acredita-se que o projeto do "Acordo do Século" foi um golpe para o processo de paz no Oriente Médio. A administração anterior dos EUA aprovou as bases e regras da paz internacional e desconsiderou todas as resoluções das Nações Unidas relacionadas com o conflito israelense-palestino. Com o projeto, aumentou o ritmo do conflito árabe-israelense, abordando a solução de forma unilateral e baseada em interesses compartilhados entre os EUA e o lado israelense.

A partir do que foi discutido neste trabalho, conclui-se que qualquer projeto ou iniciativa para resolver o conflito israelense-palestino não pode ocorrer sem o retorno à mesa de negociações, a fim de alcançar entendimentos políticos e desenvolver decisões que garantam todos os direitos legítimos do povo palestino. Palestinos e jordanianos são partes fundamentais nesse processo, já que são atores centrais no conflito com Israel. Não obstante, o fracasso será o destino de qualquer iniciativa ou projeto que não alcance uma paz justa e abrangente para a causa palestina, sendo que o melhor exemplo disso é o "Acordo do Século", que já está arquivado.

Referências

Almajali, Abdullah (2020), Deal of the Century: Content Analysis, Journal of Middle Eastern Studies, Vol. 24, Issue 91.

Al-Qtishat, Ahmed (2016), The Impact of American Aid on Political Decision Making in Jordan (2000-2014), Master Thesis, University of Jordan, Amman.

Abo Roman, Mohammed (2020), Jordan and after the Deal of the Century, an article published on the Ammon News website, on the website: https://www.ammonnews.net .

Aljunaidi, Laith (2020), Deal of the Century: An Actual test of the Jordanian-American Strategic Alliance Analysis, available on the website: https://www.aa.com.tr/a

Alhamd, Jawad (2020), The Jordanian Attitude and options in dealing with the Trump plan, is available at the link https://www.ammonnews.net/article

Abdulaziz, Mohammed (2020), Arab reactions to Trump's peace plan (analysis and recommendations), https://www.washingtoninstitute.org/

Arabi Post (2020), A slap to the Deal of the Century... 5 European countries

reject the Trump plan, and they have another option that Israel fears, https://arabicpost.ne

Al-Ali, Obadah (2020), Jordan's Deal of the Century...Contexts and Confrontation Options, https://www.alaraby.co.uk

Al-Zaytouna Center for Studies and Consultations (2020), Strategic assessment, (Joe Biden) and the Palestinian Issue, https://www.ida2at.com/author/alzaytouna

Al-Zaytouna Center for Studies and Consultations (2018), The developments of the deal of the century and its possible paths, a strategic assessment (108), edited by Mohsen Muhammad Salih, Beirut, https://www.alzaytouna.net

Abdulmuneam, Amer (2018), Winners and losers of the deal of the century, Political Studies, Egyptian institution for studies.

Aldda, Ali Mousa (2019), The Jordanian political decision to terminate the annex of the peace agreement for the areas of Al-Baqoura and Al-Ghamr, Vol. 12, 3, 12.

Al-Azam, Abdulmajeed (1998), Theoretical framework of Jordanian foreign policy, publications of the Jordanian Association for Political Science "Jordanian foreign policy, reality and aspirations", First Conference Documents, Edited By Ameen Mashaqbah Et.al, 1st Edi. Dar Al-Hamid.

Center for Middle East Studies (2020), (Political Salon) Jordan's role in light of regional transformations and challenges, scientific report, Amman, http://mesc.com.jo/images/icetop_3.gif

Center for Middle Eastern Studies (2020). Report of the Israeli plan to annex vast areas of the occupied West Bank and its repercussions, Amman, http://mesc.com.jo/images/headhome-a.jpg

Fadily, Ali (2020), Palestinian Issue between the bias of the deal of the century and the decisions of international institutions, Awaser Journal, 8th Vol.

Hamami, Ibrahim (2018), Deal of the Century – New old dream, London (E-Copy).

Hjazeen, Ibrahim Hakem Gdayan (2020), The impact of internal and external environmental factors on the process of making Jordanian foreign policy during the period (2011-2019), The Arab Journal in the Humanities and Social Sciences.

Ismail,Yahya Mohammed Abdullah (2020), The deal of the century is a Jewish state, not a Palestinian state, Awaser Journal, 8th Edi.

Jarar, Montaser Abdulraouf (2019), The Palestinian Strategy in Blocking and Confronting the Deal of the Century, Scientific Published Papers/ Journal، University of Palestine.

Mahafzah, Ali (1998), Natural Determinants and Politics, Publications of the Jordanian Association for Political Science "Jordanian Foreign Policy, Reality and Aspirations), Documents of the First Conference, Edited by Ameen Mashaqbeh Et al., vol. 1, Dar Alhamed, Amman.

Maqdisi, Ayham (2020), The future of the policies of the Hashemite Kingdom of Jordan between the internal situation and participation in the Kushner deal, Barq for Studies and Consultations, https://barq-rs.com

Masalha (2020), Jordanian options in the face of the Israeli annexation plan, https://alghad.com

Strategic Thought Center for Studies (2020), The future of normalization with the Israeli occupation after Joe Biden came to power, Amman, https://fikercenter.com

Sawalhah, Abdullah (2020), Jordan Balancing: Meeting the Challenges of Trump's Deal of the Century, Washington Institute, Policy Analysis, available at the Institute website: https://www.washingtoninstitute.org/

Telilan, O. E. (2000), Jordanian foreign policy and Arab crises, Ministry of Culture, Jordan – Amman.

RESUMO
Este estudo teve como objetivo destacar as opções da política externa da Jordânia e do seu comportamento político à luz do "Acordo do Século", a nível regional e internacional. Além disso, examina as condições políticas que levaram a administração dos Estados Unidos da América (EUA) a propor este projeto. Ainda, esclarece os seus termos e a posição popular e oficial da Jordânia sobre o mesmo, bem como as características futuras do acordo do século, em particular depois da derrota do presidente americano Donald Trump em 2020 e de uma eventual retirada de Benjamin Netanyahu do posto de Primeiro Ministro israelense. O estudo concluiu que a política externa da Jordânia tem sofrido pressão dos EUA e de Israel, bem como de alguns países árabes que apoiam o projeto, a fim de mudar a posição de rejeição da Jordânia ao acordo do século. Além disso, esses países se beneficiaram das condições econômicas da Jordânia. No entanto, o país manteve-se comprometido com a sua decisão, munido de diversas opções que utilizou na intermediação desse acordo. Tendo em vista as pressões que Israel exerce sobre a Jordânia, o país precisa considerar um acordo que sirva aos seus interesses econômicos e políticos, como a garantia de estabilidade e segurança, atentando-se a questões como a reconsideração do Tratado de Paz Jordânia-Israel, a construção de relações árabes baseadas na cooperação, na conquista da solidariedade árabe e da coordenação política eficaz.

PALAVRAS-CHAVE
Opções da Política Externa da Jordânia. Acordo do Século

Recebido em 1 de outubro de 2022
Aceito em 23 de outubro de 2024

Traduzido por Nathalia de Castro e Souza